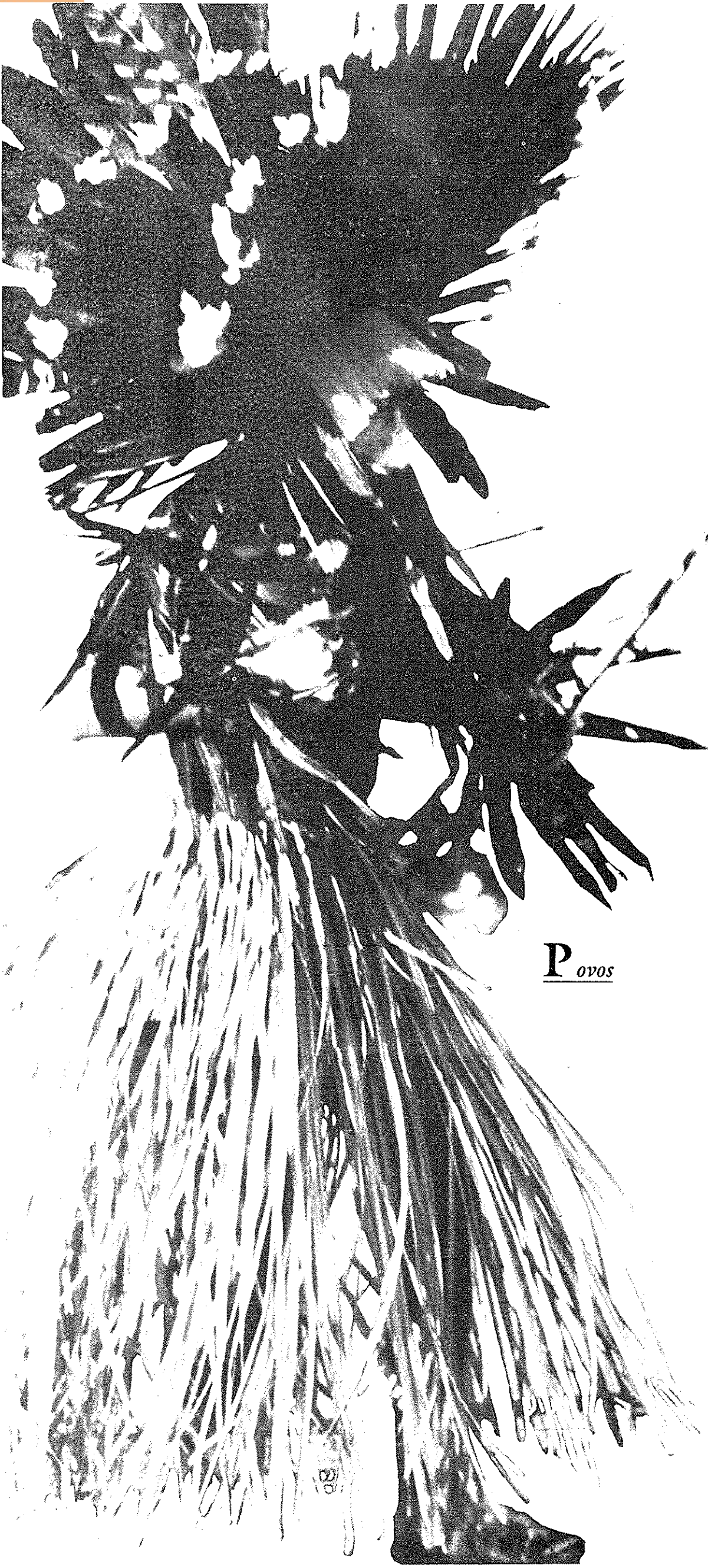


Banco de Dados Agência USP



A tragédia dos nossos índios: a vida perto dos brancos.

O suicídio de guaranis é o ápice de um drama que acompanha nossos índios há 490 anos e dizimou quase todas as tribos. Por Elisabeth Karam.

No final de uma temporada de trabalho fora, o jovem índio voltou para casa trazendo no bolso o dinheiro do pagamento. Quando conversou com a mulher sobre como seria gasto, não chegaram a um acordo e brigaram. No dia seguinte, o jovem índio foi encontrado enforcado: suicidara-se.

O fato ocorreu no posto indígena de Takuapiry, perto da cidade de Amambai, no Mato Grosso do Sul, em 1987, época em que a antropóloga Marta Maria Azevedo andava por lá, levantando material sobre música entre os guarani. Desde então a situação piorou: nos últimos dois anos, só entre os 6 mil índios guarani que vivem no posto indígena de Dourados, na mesma região, foram registrados 74 suicídios. Os observadores acreditam que esse número possa chegar a 120 contando os casos ocorridos em outros onze postos indígenas do Mato Grosso do Sul, que abrigam cerca de 18 mil guaranis (kaiowá e nhandeva). Neste início de ano, já foram registrados mais três casos.

"É um sinal evidente de que eles não estão nada bem", diz Marta Azevedo. Ela acrescenta: "É uma forma de reação frente à realidade do contato, sem dúvida, pois tradicionalmente não havia tantos casos". É um indício do agravamento da situação de desagregação a que são levadas sociedades indígenas localizadas em território brasileiro.

Nesses quase cinco séculos de história de dominação e colonização, a tragédia do decréscimo populacional dos povos que habitavam as terras em que depois chegaram os europeus está estampada nos números: dos 5 milhões de indivíduos existentes então, restam hoje cerca de 230 mil, segundo estimativa do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi). Muitos fatores contribuíram para esse ocaso indígena, desde a matança pura e simples para ocupação das terras pelos novos donos às doenças levadas nesses contatos, contra as quais os índios não tinham qualquer resistência. Por parte dos povos indígenas, a violência que sempre marcou esse encontro com a civilização dos brancos também provocou reações internas de autodestruição. Estatisticamente não são números representativos, mas mostram o desespero a que essas populações são levadas.

Sem saída

Dourados é o caso mais recente, mas não o único. A lista desses exemplos é encabeçada pelo registro feito ainda pelos jesuítas, nas cartas que mandavam a seus super-

riores dando conta da situação que encontravam nas terras a serem catequizadas. Heróis na literatura, os indígenas da vida real sempre foram mais vistos como selvagens que deviam ser contidos a qualquer custo.

"Numa primeira fase, os indígenas não sabem como funciona o mundo dos não-índios, ainda têm um certo fascínio pelos nossos objetos. Mas, depois, o fascino, o espelho e a tesoura não resolvem a vida, só atrapalham", diz a antropóloga Sylvania Caiuby Novacs, professora do Departamento de Antropologia da USP, que desde 1970 trabalha com os bororo (pronuncia-se borôro) na região central de Mato Grosso. Nesses momentos, caracterizados por crises e impossibilidade de ver alternativas, sociedades de qualquer tipo começam a buscar saídas destrutivas, como excesso de consumo de álcool e drogas, suicídios e a proliferação de seitas religiosas.

A antropóloga Lux Vidal, do Departamento de Antropologia da USP, lembra diversos casos de desagregação social, alcoolismo e movimentos messiânicos comuns nessas horas. Os timbira, no Maranhão, tiveram vários surtos messiânicos nas décadas de 50 e 60. Outras sociedades, ressalta a antropóloga, perdem a vontade de se reproduzir, como os asurini do Xingu, nos anos 70.

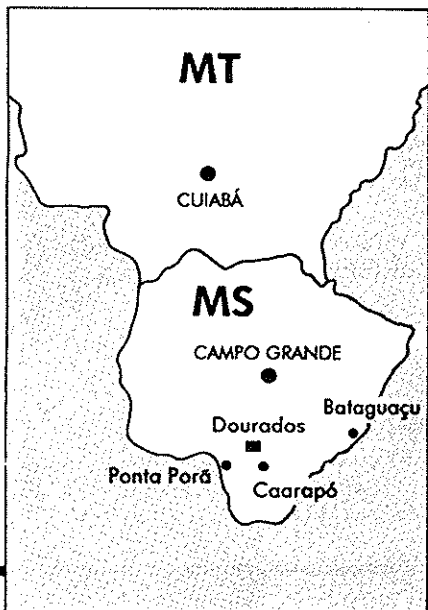
Os exemplos ocorrem por todo o País. No Nordeste, os pataxó da Bahia tiveram suas terras tomadas por fazendas de cacau. Vivem hoje em minúsculos redutos, em completa miséria e total falta de perspectivas. Bororo, kraho, karajá do Brasil Central, kaingang do Rio Grande do Sul, guarani de São Paulo, também passam por crises. As manifestações mais comuns são um profundo desânimo que pode levar ao alcoolismo e à desagregação social.

Há casos ainda de total abandono que arrasta à morte pela fome. Os yanomami, em Roraima, defrontam-se com invasores em busca dos minérios de suas terras. Estão morrendo de fome, num caso de absoluta omissão das autoridades responsáveis pelos índios. Os xetá desapareceram por falta de assistência, os suruí de Rondônia e os caiapó do Pará estão em situação calamitosa, com suas terras invadidas por madeireiros.

"É uma crise muito generalizada, com invasão das terras, diminuição dos recursos de subsistência e a conseqüente mudança que isso acarreta: em vez de caçar, passam a depender da agricultura; nômades, viram sedentários", observa Sylvania. Nesse processo, passam a depender de produtos que precisam adquirir na cidade, e ali também vão em busca de trabalho. ►

Povos

Perdidos de sua cultura e vítimas de contatos violentos, na maioria das vezes, os índios não encontram saída e procuram a morte. Só na região de Dourados (veja o mapa), foram registrados 74 suicídios nos últimos dois anos.



► Nas cidades, sentem toda a discriminação da sociedade que lhes alterou a forma de vida mas não os aceita como membros.

O problema não é o contato ou a mudança, mas a maneira como isso acontece, observa Sylvia. Lux Vidal lembra "a correlação de forças desiguais, com as culturas indígenas sempre levando a pior". A antropóloga Marta Azevedo observa que todas sociedades mudam em contato com outras, mas através de seus próprios padrões. Ela dá o exemplo da sociedade japonesa, que cada vez se americaniza mais, porém sem choques violentos, num relacionamento sem dominação. Nas sociedades indígenas que sobrevivem em solo brasileiro existem organismos federais, religiosos, missões, etc., todos encurralando os indígenas, numa relação de dominação e violência que provoca essa crise.

"Apresenta-se aos jovens um projeto de vida 'melhor' caso eles abandonem os antigos costumes, projeto esse que nunca se concretiza, sendo que a volta aos velhos hábitos fica quase impossível", observa Marta Azevedo. Ela entende a situação dos guarani do Mato Grosso do Sul como sintoma da desagregação social e cultural a que esses indígenas foram levados.

Nessa região, vivem hoje cerca de 18 mil guaranis em doze postos indígenas, além de outras onze áreas identificadas em que vivem os "índios desaldeados", ou seja, expulsos de seu local de origem e enviados para postos indígenas, de onde saíram em busca de melhores lugares.

Os postos são ainda da época em que o marechal Rondon estabeleceu os primeiros contatos com esses subgrupos guarani. Inicialmente projetados para abrigarem apenas uma unidade familiar territorial (o tecoha, com aproximadamente cem a trezentas pessoas), com o passar dos anos esses postos foram ficando superpovoados, tanto pelo nascimento de crianças como pela chegada de mais índios vindos de fora.

Mas os problemas não terminam aí. Hoje, nesses postos, os índios não têm mais terras suficientes para plantar, colher e caçar e assim garantir a sobrevivência. A saída é buscar emprego nas fazendas e usinas de cana-de-açúcar da região, ganhando pouco, fazendo o trabalho menos qualificado e afastando-se da família por temporadas que sempre ultrapassam os trinta dias.

Sem impedimentos

Nessa desorganização social, uma saída para os jovens dos postos indígenas do Mato Grosso do Sul está sendo o suicídio. "Os guarani, que não possuem os impedimentos éticos de uma sociedade cristianizada, vêem o suicídio como uma das muitas maneiras de morrer. É uma passagem, a ida 'para o lugar em que as almas vão'", diz Marta.

Ela escreveu em 1987 um artigo analisando os casos de suicídio entre os guarani, publicado na revista Educação e Filosofia, da Universidade Federal de Uberlândia. As causas circunstanciais por ela levantadas: amor e ciúme, briga conjugal, desgosto familiar, problema político, desgosto pela vida em geral, alguma perda, erro ou expiação de culpa, desadaptação da vida na aldeia. Em muitos casos, o ato que leva uma pessoa a suicidar-se é atribuído a algum pajé ou feitiço.

"Estamos perplexos, talvez como sentiram-se os médicos diante da tuberculose, na década de 40, ou hoje com a Aids. É uma epidemia para a qual a ciência ainda não tem explicação", diz Rubem Thomaz de Almeida, ex-assessor da Funai para assuntos guarani (1984/85) e secretário-executivo

do Projeto Kaiowá-Nhandeva (PKN), organização não-governamental que desde 1976 mantém um programa agrícola e outro jurídico junto a esses dois subgrupos guarani no Mato Grosso do Sul.

Rubem ressalta que, por enquanto, além da perplexidade, o resto não passa de hipótese. O PKN pretende iniciar logo uma pesquisa para tentar explicar o que está acontecendo no Mato Grosso do Sul. O antropólogo ressalta que em toda a literatura sobre os povos guarani, desde 1500, não existe registro de casos de suicídios. E observa ainda que Dourados sempre foi o posto indígena mais problemático: é o principal local para onde são enviados os indígenas que são localizados nas imediações, expulsos de suas terras, num processo de aldeamento que provoca a sobreposição de subgrupos e também da etnia terena (dos 6 mil habitantes de Dourados, 10% são terena).

Demarcação das terras

Como pano de fundo da tragédia guarani, coloca-se a questão fundiária, vista pelos antropólogos como a raiz de todos os problemas. Segundo Lux Vidal, "inúmeras sociedades indígenas vêm sofrendo, continuamente, uma investida selvagem e predatória por parte dos mais variados setores de atividades: exploração mineral, produção hidroelétrica, projetos agropastoris e industriais. As atividades garimpeiras e de extração de madeira são, neste momento, as mais agressivas. É o saque puro e simples de recursos naturais não renováveis".

Essa foi a idéia central da participação da antropóloga no Tribunal Permanente dos Povos, reunido com o apoio da Fundação Internacional Lelio Basso para o Direito e a Libertação dos Povos em outubro passado, em Paris, para discutir a questão da Amazônia brasileira. Esse tribunal de opinião, sem poder de aplicar penalidades, concluiu: o governo brasileiro é omissivo em relação à questão indígena.

Em sua manifestação, a antropóloga lembrou ainda que grupos indígenas vivem espalhados por todo o território brasileiro, sendo que 60% concentram-se na Amazônia, chamada por ela de "área de refúgio", pois ali as frentes de expansão são mais recentes. Trata-se de um refúgio precário: sob o ponto de vista jurídico, 133 dessas terras estão à espera de providências, 81 foram identificadas, 62 intão homologadas e apenas 45 regularizadas — ou seja, cerca de 8% de um total de 560. Esses números, citados pela antropóloga, estão baseados num levantamento realizado pelo Cedi, divulgado no final do ano passado.

A questão fundiária tem outro aspecto ainda, depois de todo o procedimento legal para chegar à regularização final das terras: a garantia do espaço, uma vez que não basta demarcar. "58% das terras regularizadas estão cobertas por concessões ou pedidos de alvarás para a mineração e 13% para a construção de barragens. E a proporção destas invasões é muito maior nas terras indígenas sem nenhum reconhecimento legal", afirma Lux Vidal.

Para o indígena, observa Marta Azevedo, seu território não é qualquer espaço, mas um meio ambiente específico em que ele pode realizar a sua cultura — que depende do milho a ser plantado e que vai ser usado na festa, do rio para pescar e tomar banho, da mata para caçar. "Ele é intimamente ligado a esse meio ambiente e não separa natureza e cultura", diz ela. Tecoha em guarani, lembra Rubem, significa "o lugar onde realizamos o nosso modo de ser".



Trabalho com folhas de palmeira, o pouco do artesanato indígena que ainda sobrevive.

A morte como um sinal de rebelião

Suicídio ou morte induzida? O chefe do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, Desenvolvimento e Personalidade do Instituto de Psicologia, Norberto Abreu e Silva Neto, questiona esse conceito para referir-se às mortes registradas nos postos indígenas de Mato Grosso do Sul. Para ele, trata-se mais de casos de morte induzida, o reflexo de uma situação que está sendo vivida no local. "É uma rebelião, um protesto, pois devemos nos lembrar que, atualmente, a tendência não é mais a de movimentos coletivos, mas de soluções individuais para os conflitos", diz Norberto.

Segundo a psicologia, o ponto central do suicídio é sempre um conflito provocado pelo ego (o eu) em luta com o superego (responsável pelos valores da pessoa). O ego deseja realizar-se e quando o superego impede essa realização, por entrar em choque com seus valores, ocorre a confusão mental, que desfoca a realidade. Nesses estados, surgem sentimentos de baixa estima e de desânimo, que podem ser encarados como a falta de perspectivas de realização. A saída é buscar um anestésico — excesso de álcool, de drogas, agressões, violência, suicídio.

O professor Norberto (que res-



Uma jovem suicida de Dourados e a mãe

"Se nós, com todo o instrumental da racionalidade, nos sentimos confusos diante da linguagem e da mística da economia e das medidas provisórias que, de um dia para outro, mudam radicalmente nossas vidas, dá para imaginar a confusão que esse mundo provoca nos indígenas, que não passaram a vida toda sendo preparados dentro dessa racionalidade, como nós", afirma o psicólogo.

A civilização "branca" criou formas de lidar com seus conflitos: a psicoterapia ou, aleatoriamente, fugas pelo excesso no consumo de álcool, de drogas e outras maneiras autodestrutivas que não passam de formas de "brandos" suicídios absorvidos sem traumas maiores pela sociedade.

Para Norberto é importante que se encontrem saídas para os conflitos. Mas, pergunta ele, "no caso dos índios, qual é a saída? Não é a terapia, retroceder às tradições também não porque o contato já ocorreu. Sabemos o que pode ser feito apenas em termos sociais, e isso também não é um problema exclusivo dos indígenas, mas de todos os descamisados, descalços e desdentados do Brasil. É a perspectiva de uma outra sociedade que poderia modificar a situação."